

Norma Breda dos Santos
(ORGANIZADORA)

Brasil e Israel

Diplomacia e sociedades

EDITORA

UnB

Outros lançamentos da Editora UnB

Economia e sociedade – vols. I e II

Max Weber

A formação da realidade econômica

Rita de Cássia L. F. Santos

A natureza, o homem e a economia

Helano Maia de Souza

Lutas, jogos e debates – 2ª edição

Anatol Rapoport

Poder e sociedade – 2ª edição

Abraham Kaplan

Harold Lasswell

Sindicalismo e democracia

Betina Schürmann

Política e graça

Christian Meier

A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil

Antônio Augusto Cançado Trindade

Política de defesa no Brasil

Domício Proença Jr.

Eugenio Diniz

Brasil e Israel: diplomacia e sociedades

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor
Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Lima, Airton Lugarinho de Lima Camara, Emanuel
Oliveira Araújo, Hermes Zaneti, José Maria Gonçalves de
Almeida Júnior, Moema Malheiros Pontes



Norma Breda dos Santos
(organizadora)

Brasil e Israel: diplomacia e sociedades

*Coleção Relações Internacionais,
dirigida por Amado Luiz Cervo*

EDITORA



UnB

Copyright © 2000 by Norma Breda dos Santos (organizadora)

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Qd. 02 Bloco C Nº 78

Ed. OK 2º andar

70300-500 Brasília – DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Equipe editorial: Wânia de Aragão-Costa (Preparação de originais); Terra Brasil – Fábrica de Textos (Revisão); Fernando Luis (Editoração eletrônica); Márcio Duarte (Capa)

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil e Israel: diplomacia e sociedades / Norma Breda dos Santos (organizadora). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2000.
264p. – (Coleção relações internacionais)

ISBN 85-230-0592-7

1. Relações internacionais – Brasil. 2. Relações internacionais - Israel. 3. Diplomacia. 4. Política internacional. I. Santos, Norma Breda dos. II. Série.

CDU 327(81:569.4)

Para Helena Salem

Sumário

APRESENTAÇÃO, **9**
AMADO LUIZ CERVO

PREFÁCIO, **13**
NORMA BREDAS DOS SANTOS

PARTE I

O BRASIL E A QUESTÃO ISRAELENSE NAS NAÇÕES UNIDAS: DA CRIAÇÃO DO
ESTADO DE ISRAEL AO PÓS(?) -SIONISMO, **19**
NORMA BREDAS DOS SANTOS

BRASIL-ISRAEL: DA PARTILHA DA PALESTINA AO RECONHECIMENTO
DIPLOMÁTICO (1947-1949), **71**
TULLO VIGEVANI E ALBERTO KLEINAS

O BRASIL DE VARGAS E AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM ISRAEL:
ANÁLISE COMPARATIVA COM A ARGENTINA, 1949-1955, **115**
LEONARDO SENKMAN

ISRAEL E O MUNDO ÁRABE NO CRUZAMENTO DAS ESCOLHAS
INTERNACIONAIS DO BRASIL, **149**
ANTÔNIO CARLOS LESSA

PARTE II

BRASIL E ISRAEL NA GLOBALIDADE: UM ENSAIO, **189**
PEDRO P. GEIGER

“JUDEUS MESSIÂNICOS” E SUA “CASA DE ISRAEL” EM BRASÍLIA:
TEMPO, ESPAÇO E IDENTIDADE, **217**

SONIA BLOOMFIELD RAMAGEM

MÍDIA E ORIENTE MÉDIO: UMA RELAÇÃO DE GUERRA E PAZ, **235**

DIANE KUPERMAN

Parte I

O Brasil de Vargas e as relações diplomáticas com Israel: análise comparativa com a Argentina, 1949-1955*

Leonardo Senkman**

O presente texto faz parte de um estudo comparativo de história de relações internacionais que visa a indagar como as políticas populistas de Perón e Vargas influíram no estabelecimento de relações diplomáticas de seus países com Israel. O propósito é investigar a pouco conhecida e contraditória atitude adotada pelo Brasil com respeito a Israel nos anos imediatamente posteriores a novembro de 1947, em contraposição à da Argentina peronista, que tem sido estudada por vários acadêmicos.¹

Tornou-se quase lendária a atitude pró-sionista que o governo Dutra adotou em 1947, quando, após suspender, em abril de 1945, a interdição estadonovista ao movimento sionista, Osvaldo

* O autor agradece o apoio do *Leonard Davis Institute for International Relations*, Universidade Hebraica de Jerusalém.

** *Leonard Davis Institute*, Universidade Hebraica de Jerusalém.

¹ Ver LANUS, Juan Archibaldo. *De Chapultepec al Beagle: política exterior argentina, 1945-1980*. Buenos Aires: Emece, 1984, p. 354-355; KLICH, Ignacio. "Argentina, the Arab World and the Partition of Palestine". *Proceedings of the Ninth World Congress of Jewish Studies*, Jerusalém, 1986, p. 271-77, v. 3; AMILAT (ed.) "A background to Perón's discovery of Jewish National Aspirations". In: *Judaica Latinoamericana*. Jerusalém: Magnes Press, 1988, p. 192-224; BALTIERREZ, Rodolfo. "La creacion del estado de Israel". *Todo es historia*, junho 1988, p. 34-39; REIN, Raanan. *Peronismo, populismo y política. Argentina 1943-1955*. Buenos Aires: Ed. Universidad de Belgrano, 1998, capítulos 7 e 8.

Aranha presidiu a Assembléia Geral da ONU e contribuiu para que se realizasse a histórica votação da partilha da Palestina. Em contrapartida, quase nada se sabe sobre: a) a razão pela qual o Itamaraty teve, posteriormente, posição intransigente quanto ao reconhecimento de Israel; b) por que se absteve na votação para seu ingresso na ONU; e c) por que demorou para estabelecer relações diplomáticas com Jerusalém. Veremos que, com a volta de Vargas, em 1951, logo são estabelecidas as relações diplomáticas Brasil-Israel. Finalmente, lançaremos algumas hipóteses que possam explicar as razões pelas quais essas relações tiveram perfil muito menos importante do que sob o governo populista de Perón.²

As relações econômicas, assim como os vínculos diplomáticos da Argentina e do Brasil com Israel, respondiam a diferentes políticas internacionais globais com relação às grandes potências, em particular os Estados Unidos. Enquanto, desde o início, as relações diplomáticas e econômicas da Argentina com Israel buscaram contrabalançar a imagem negativa de Perón nos Estados Unidos, por meio de um suposto cálculo do líder justicialista, a fim de poder receber benefícios triangulares com seu *rapprochement* a Washington, o Brasil do segundo governo Vargas não necessitava recompor vínculos com os Estados Unidos, nem fazer gestos de boa vontade à potência norte-americana. O ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial junto aos Aliados, em 1942, sua participação na Conferência de Paz de Paris e a obtenção de um assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU

² O livro de TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*, São Paulo: Brasiliense, 1988, foi o primeiro estudo acadêmico que mostrou o papel de Oswaldo Aranha na autorização das circulares reservadas do Itamaraty contra o ingresso de refugiados judeus perseguidos pelo nazismo no Brasil durante o Estado Novo, muitos anos antes que o futuro presidente da Assembléia Geral da ONU adotasse posição pró-sionista, em novembro de 1947. A primeira análise documentada sobre a origem e o fim da proibição de atuação legal do movimento sionista durante o Estado Novo (18 de abril de 1938 até 5 de abril de 1945) foi feita pelo historiador Nachman Falbel, em seu estudo biográfico *Manasche: sua vida e seu tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1996, p. 67-76.

fizeram o Itamaraty acreditar que o governo brasileiro tinha obtido o reconhecimento de sua posição de grande aliado militar e anticomunista, bem como o de principal sócio latino-americano nos planos econômicos de Washington.³

Em termos comparativos, o poder concentrado por Perón para levar a cabo sua política populista, apoiada em ambas as câmaras do Congresso e sustentada pelos sindicatos, era muito maior do que o de Vargas. O líder brasileiro teve de enfrentar a violenta oposição da União Democrática Nacional (UDN), que dominava uma parcela importante das forças armadas. Diversamente de Perón, Vargas viu-se obrigado a alinhar uma aliança entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Social Progressista (PSP) para compor o governo e obter maioria no Congresso. Portanto, as condições de funcionamento do regime político no Brasil não permitiam que Vargas, em matéria de política exterior, tomasse pessoalmente decisões de envergadura, como o fez Perón.⁴

³ Gerson Moura caracteriza de “autonomia na dependência” o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos à época da “equidistância pragmática”, política exterior de Vargas entre 1933–1941 com relação à Alemanha e aos Estados Unidos. Letícia Pinheiro considera que, já nos anos da neutralidade brasileira, antes de Pearl Harbor, Vargas havia adotado atitude de “condescendência pragmática” e de alinhamento gradual aos imperativos econômicos, ideológicos e políticos dos Estados Unidos. O completo alinhamento com os Aliados e a participação brasileira na guerra por meio da Força Expedicionária Brasileira criou no Itamaraty a ilusão de que, no pós-guerra, o Brasil iria colher frutos da colaboração em termos geopolíticos e econômicos. Ver Moura, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, e *Brazil foreign relations, 1939–1950: the changing nature of Brazil relations during and after the Second World War*, Ph.D. Dissertation, Londres, University of London, 1982, cuja versão em português intitula-se *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991; PINHEIRO, Letícia. “A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial”. *Revista Universidade de São Paulo*, n. 26, agosto 1995, p. 108–119.

⁴ Ver D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas, 1951–1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 20–42; MONIZ BANDEIRA, L. A. *Estado nacional e política internacional na*

A seguir serão analisados os níveis básicos de comparação: a origem das relações políticas e econômicas do Brasil e da Argentina com Israel até 1955.

Relações políticas do Brasil e Israel: uma comparação com a Argentina de Perón

Apesar de sua abstenção na sessão da Assembléia Geral que aprovou a partilha da Palestina, em novembro de 1947, a Argentina apoiou a admissão de Israel na ONU, em dezembro de 1948 e maio de 1949. Além disso, em fevereiro de 1949, reconheceu *de jure* o novo Estado e, 3 meses depois, estabeleceu relações diplomáticas. A Argentina peronista foi o primeiro país latino-americano a criar uma Legação em Tel Aviv, em maio de 1949. A importância das relações diplomáticas com Israel evidencia-se, particularmente, pelo fato de os próprios Perón e Evita terem desejado cuidar pessoalmente dos aspectos políticos, econômicos e culturais do relacionamento com o Estado judeu. Exemplo dessa atitude foi a intervenção pessoal e decisiva de Perón e Eva na assinatura do primeiro acordo comercial e de pagamentos Argentina-Israel, em abril de 1950 (ver adiante), malgrado a oposição e a hostilidade do Ministério da Fazenda, movido por considerações estritamente econômicas.⁵

A situação no Brasil foi muito diferente. Logo após ter sustentado postura pró-sionista, que marcou a presidência de Oswaldo

América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). São Paulo: Ensaio, 1994; RAPOPORT, Mario; SPIGUEL, Claudio. *Estados Unidos y el Peronismo: la política norteamericana en la Argentina, 1949-1955*. Buenos Aires: GEL, 1994; PAZ, Hipolito Jesus. "La Tercera Posición, 1949-1951". In: *La política exterior argentina y sus protagonistas*. Buenos Aires: Consejo Argentina para las Relaciones Internacionales, 1996, p. 55-70.

⁵ Boa síntese sobre a origem das relações econômicas da Argentina com Israel encontra-se em KLICH, Ignacio. "The first Argentine-Israeli Trade Accord: political and economic considerations". *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 20, n. 39-40, 1995, p. 177-205.

Aranha na Assembléia Geral da ONU em novembro de 1947, a posição do Itamaraty congelou-se diante do recém-criado Estado. O governo brasileiro, supostamente amigo da causa sionista, tardou mais do que se poderia supor para decidir sobre 2 questões centrais: 1) o reconhecimento *de jure* de Israel; e 2) o apoio do Itamaraty para que Israel fosse membro da ONU. Com efeito, o governo Dutra demorou vários meses para reconhecer Israel *de jure*, o que só aconteceu em fevereiro de 1949. Ainda que o governo Perón não tenha reconhecido Israel *de jure* antes dessa data, os esforços para que o Brasil concretizasse o reconhecimento foram incomparavelmente maiores do que os empreendidos para que a Argentina o fizesse. Perón apoiou a admissão de Israel na ONU, tanto nas sessões da Assembléia Geral de dezembro de 1948 quanto nas de maio do ano seguinte. Essa política Internacional culminará, 3 meses depois, no reconhecimento *de jure*, com o estabelecimento de uma representação diplomática argentina em Tel Aviv.

O reconhecimento brasileiro *de jure*, por sua vez, apesar de ter também ocorrido em fevereiro de 1949, foi o resultado de intensas e difíceis gestões tanto do Ministro Jacob Tsur, primeiro diplomata israelense na América Latina, responsável pela Legação em Montevideú e pouco depois em Buenos Aires, como do dirigente sionista Samuel Malamud, designado israelense oficial para fazer contato com o Brasil, em agosto de 1948, e cônsul honorário, a partir de abril de 1949, após o reconhecimento brasileiro *de jure*.

Segundo as memórias documentadas de Malamud, 2 fatores influíram para a demora do reconhecimento do Itamaraty: 1) o temor de que o governo provisório israelense estivesse dominado por comunistas e partidos de esquerda; e 2) a preocupação brasileira de que suas relações diplomáticas com os países árabes, como o Egito, a Síria e o Líbano, fossem afetadas.

Com relação ao temor ao comunismo, Malamud recorda que, em 31 de janeiro de 1949, em audiência com Raul Fernandes, teve de dar explicações para dissipar o medo do Ministro das Relações Exteriores a propósito da possível hegemonia da “extrema esquerda” no governo de Israel. Malamud narra que teve de explicar, ao chanceler, a diferença existente entre a social-

democracia do partido Mapai, liderado por Ben Gurion, e os comunistas israelenses, que tinham, inclusive, alcançado apenas 4% dos votos, em contraposição aos 10% que os comunistas haviam alcançado nas últimas eleições brasileiras, de 1945.⁶

Quanto à preocupação do chanceler de, eventualmente, provocar reações adversas nos países árabes mencionados, é interessante notar que se inspirava de uma perspectiva comparativa, levando, também, em conta o peso da comunidade árabe do Oriente Médio que vivia no Brasil, ante a reduzida comunidade judaica. Na sessão de 13 de julho de 1948, da Comissão de Diplomacia e Tratados do Congresso Nacional, o deputado José Armando havia mencionado questões políticas para que se adiasse o reconhecimento *de jure*, rechaçando a petição da Câmara de Representantes do Congresso Nacional uruguaio para um rápido reconhecimento:

Há certas considerações políticas que contribuem para retardar o reconhecimento do Estado de Israel, pois, de um lado, a colônia sionista no Brasil não é muito grande, e, de outro lado, mantemos relações diplomáticas com 3 Estados árabes diretamente envolvidos na luta: o Egito, a Síria e o Líbano, além do que existe, entre nós, uma colônia de origem árabe bastante numerosa.⁷

Como a Argentina de Perón, o Brasil mantinha relações diplomáticas desde 1945 com o Líbano e a Síria e desde 1947 com o Egito. No entanto, a Argentina mantinha relações diplomáticas desde 1946 com outros 2 países árabes, o que não acontecera até então com o Brasil: a Arábia Saudita e o Iraque. A amizade argentina com o bloco de países árabes era importante para Perón em 1948–1949, já que servia para contrabalançar, na ONU, tanto a hostilidade norte-americana quanto a soviética contra seu regime. Ainda assim, a conhecida política argentina de equidistância

⁶ MALAMUD, Samuel. *Do arquivo e da memória*. Rio de Janeiro: Bloch, 1983, p. 87–88.

⁷ Diário do Congresso Nacional, 13 de julho de 1948, p. 5.523, fragmento do pronunciamento completo do deputado José Armando reproduzido em MALAMUD, Samuel, *op. cit.*, p. 80–81, p. 84–86.

e gradualismo *vis-à-vis* o mundo árabe e a causa sionista não impediu que Perón mostrasse inequívocos sinais de simpatia com relação a Israel, tanto no plano político quanto econômico.

O Brasil sob o governo Dutra, em 1948, não dependia do petróleo dos países árabes, como ocorreria 20 anos mais tarde. Sua diplomacia médio-oriental não se tinha de submeter a tal imperativo econômico. Mesmo assim, alguns senadores da oposição, como Hamilton Nogueira, atribuíram a cautela do Itamaraty com respeito a Israel a considerações petrolíferas.⁸ O jornal judeu *Aonde Vamos?* insistia, em 3 de fevereiro de 1949, em atribuir a demora do reconhecimento à pressão de diplomatas brasileiros pró-árabes e à posição assumida por influentes jornais da comunidade síria e da libanesa. Segundo *Aonde Vamos?*, o presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados do Congresso Nacional que havia feito fracassar a solicitação parlamentar uruguaia em prol do reconhecimento, José da Fonseca, “deputado dos árabes de São Paulo”, havia sido hóspede oficial de vários países árabes em fevereiro de 1949.⁹

O terceiro fator que se menciona para explicar a demora brasileira em reconhecer Israel e em estabelecer relações diplomáticas é o legado anti-semita deixado pelo Estado Novo entre os funcionários do Itamaraty. É o que sustenta o historiador Nachman Falbel, que confirma a acusação do jornal *Aonde Vamos?* a propósito das restrições anti-judaicas e anti-comunistas, em junho de 1948, da Divisão de Passaportes do Departamento Econômico e Consular do Itamaraty. A acusação refere-se à intervenção consular dos Estados Unidos junto ao presidente Dutra, para

⁸ MALAMUD, Samuel, *op. cit.*, p. 81.

⁹ *Aonde Vamos?*, n. 299, 3 de fevereiro de 1949, p. 1. Segundo o editorial do jornal, o próprio Aranha havia mudado de posição, declarando, à imprensa, que a criação do Estado de Israel não correspondia ao espírito da resolução da ONU, “mas sim, ao contrário, constituía uma violação (...) porque não fora criado o Estado Árabe, junto ao Estado de Israel”. Cf. Discurso de Oswaldo Aranha no Senado, quando solicita o reconhecimento *de jure* de Israel, em 1948. Citado por MALAMUD, Samuel, *op. cit.*, p. 80–81.

obrigar o Conselheiro Guimarães Gomes a conceder vistos de turista ao célebre ator judeu norte-americano Morris Schwartz e à sua trupe teatral.¹⁰

No entanto, os argumentos no sentido de que a questão árabe e o legado anti-semita teriam influenciado o governo Dutra não parecem suficientes. A diplomacia de cautela observada pelo chanceler Raul Fernandes com respeito a Israel, tanto no período Dutra como logo após a morte de Vargas, inscrevia-se em uma política geral de suspeição ante os pronunciamentos do Brasil sobre o problema colonial. Da mesma maneira que, em meados de 1948, não quis enviar delegados à reunião interamericana em Havana – que tratava do colonialismo – por causa da ausência das potências coloniais, o Itamaraty não se comprometeu a realizar o reconhecimento de Israel *de jure* quando Moshe Toff veio, especialmente ao Rio de Janeiro para solicitá-lo, em agosto de 1948. Um mês depois, na Assembléia Geral da ONU de Paris, Fernandes reiterou a decisão de apoiar a partilha da Palestina, não se manifestando, entretanto, sobre o reconhecimento no começo da Guerra de Independência de Israel.

Quando, depois de muitas hesitações, Israel obteve do Itamaraty, o reconhecimento *de jure*, em fevereiro de 1949, teve de pagar, pelo gesto, preço muito alto, em moeda brasileira: não somente Jerusalém teria de esperar 2 longos anos para que o Itamaraty decidisse estabelecer relações diplomáticas com Israel no mesmo nível que a Argentina, mas também o governo do general Dutra, contrariamente à maioria dos países latino-americanos, ofenderia Jerusalém ao abster-se de votar sobre a adesão de Israel na ONU, em maio de 1949. El Salvador foi outro país latino-americano que acompanhou o Brasil na abstenção.

Daí a pergunta: como explicar a conduta internacional do governo Dutra, uma vez que, de um lado, era alinhado com os Estados Unidos e havia tido uma postura de liderança na votação de 29 de novembro de 1947 a favor da criação de Israel; e, de outro, sua decisão de abster-se na também importante votação de 11 de maio de 1949, sobre a admissão do Estado judeu na ONU?

¹⁰ Ver FALBEL, Nachman, *op. cit.*, p. 102–3.

É bastante significativo o silêncio a propósito dessa interrogação nas crônicas documentadas escritas pelos próprios judeus brasileiros. Para começar, chama a atenção que o jornal sionista *Aonde Vamos?* que, em fevereiro de 1949, criticava a “incompreensível atitude” de demora em reconhecer Israel e que, em setembro e novembro do mesmo ano, se indignava porque o Itamaraty ainda não havia estabelecido relações diplomáticas, não tenha registrado a abstenção brasileira em suas edições de maio e setembro de 1949.¹¹

Samuel Malamud, o mesmo cônsul honorário que não havia ocultado, em suas memórias os esforços empreendidos para obter o reconhecimento *de jure* do Brasil, não diz nem uma palavra sequer sobre esse inesperado revés na ONU quando lembra os festejos da comunidade e da Organização Sionista Unificada do Brasil para celebrar, em maio de 1949, “sob a emoção do impacto do grande acontecimento histórico”.¹²

O revés, tampouco, foi recordado nas memórias de Moshe Tov que, em 1949, visitou o Brasil 2 vezes na qualidade de embaixador plenipotenciário especial e vice-diretor do Departamento da América Latina da chancelaria israelense, e muito se esforçou para obter o reconhecimento *de jure* do Brasil. As declarações de Tov à imprensa local durante sua visita de junho ao Rio de Janeiro omitem qualquer alusão à abstenção brasileira. Tov foi, até mesmo, juntamente com personalidades brasileiras, entre as quais Oswaldo Aranha, homenageado com um banquete pelo Comitê Brasileiro Pró-Palestina Hebraica, mas, em suas declarações à imprensa, não aparece uma única menção que sugira decepção diante da abstenção brasileira.¹³

Curiosamente, Jacob Tsur, também em suas memórias, publicadas anos depois, silencia sobre a humilhação inesperada que

¹¹ Cf. *Aonde Vamos?*, 12 e 19 de maio, 30 de junho, 7 de julho e 15 de novembro de 1949.

¹² MALAMUD, Samuel, *op. cit.*, p. 89.

¹³ *Aonde Vamos?*, 7 de julho de 1949, p. 11. Ver Tov, Moshe. *El murmullo de Israel*. Jerusalém: Historial diplomatico, 1983, p. 103–104, que atribui a Abraham Daron, diretor do Departamento para a América Latina, a obtenção do reconhecimento brasileiro. Tov recorda que, segundo Oswaldo Aranha,

sofreu Israel do país que tanto fizera para sua gestação internacional em novembro de 1947. Tsur era ministro encarregado da Legação israelense em Buenos Aires e realizou visita protocolar ao Rio de Janeiro, em fevereiro de 1951, para representar Israel na posse do presidente Getúlio Vargas, que triunfara nas eleições de dezembro de 1950.¹⁴ Tsur lembra somente que, ao final de sua visita, firmou, com João Neves da Fontoura, chanceler do novo governo, acordo sobre a troca de notas para o estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Israel.¹⁵

A única exceção à amnésia generalizada é a recente biografia escrita pelo historiador brasileiro Nachmal Falbel sobre o ativista sionista Manasche Krzepicki. Mesmo assim, o incidente da abstenção não mereceu mais do que algumas breves linhas condenatórias, sem que se perguntasse sobre as causas da mudança no Itamaraty.¹⁶

A documentação do arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Israel mostra, no entanto, que a posição hostil brasileira foi mencionada por Jacob Tsur a João Neves da Fontoura durante sua visita protocolar ao Ministro, em 8 de fevereiro de 1951.¹⁷ Em agosto de 1950, durante o governo Dutra, o diretor do Departamento da América Latina do Ministério de Relações

o reconhecimento teria sido “uma superposição histórica, já que considerava que, conforme o direito internacional, bastava o reconhecimento das Nações Unidas.” Curiosamente, Tov nada diz sobre a abstenção do Brasil na Assembléia Geral. É desnecessário misturar essa decepção ao apologético perfil que traça de Aranha em suas memórias, por causa da atuação do brasileiro em favor da criação de Israel. Cf. *Ibidem*, p. 104 e 137–138.

¹⁴ Em suas memórias *Cartas credenciales*. Jerusalém: N4, 1983, p. 85–94, Jacob Tsur destaca somente a resistência de Raul Fernandes, ao final de 1949, resultado da pressão exercida pelo Vaticano contra a posição de Israel de não aceitar a internacionalização de Jerusalém.

¹⁵ TSUR, Jacob, *op. cit.*, p. 95.

¹⁶ FALBEL, Nachman, *op. cit.*, p. 102, nota 56, e p. 137, nota 2.

¹⁷ Israel State Archives (ISA), 2.571/11, Jacob Tsur ao Ministério de Relações Exteriores de Israel, Departamento para a América Latina, Buenos Aires, 8 de fevereiro de 1951. Em gesto especial, o novo chanceler brasileiro recebeu, em audiência de trabalho, somente 2 embaixadores não latino-americanos: o representante da Alemanha Federal e o de Israel.

Exteriores de Israel, Abraham Drapkin, havia antecipado Tsur ao visitar o Ministro Raul Fernandes, para solicitar-lhe o estabelecimento de relações diplomáticas. Apesar do exagerado otimismo gerado pela visita de alguns dirigentes sionistas brasileiros, Israel teve que esperar até o novo governo Vargas para concretizar sua aspiração.¹⁸

É verdade que os vínculos cordiais entre Brasil e Israel não precisaram de aguardar o estabelecimento de relações formais. Foram recebidas, no Rio de Janeiro, visitas oficiais e oficiosas do governo de Israel. Algumas delas, durante 1950, em escala para a Argentina: desde Joseph Sprintzak, presidente do Knesset, até Golda Meir, então Ministra do Trabalho.

Em junho de 1949, também vai ao Rio de Janeiro o coronel David Shaltiel, futuro primeiro embaixador israelense no Brasil e, na mesma ocasião, o inspetor geral do exército Tzava Hagana Leisrael. A importância de sua missão, na busca de armamentos brasileiros, foi demonstrada pelo apoio do Ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, e outros generais do gabinete ministerial, que o haviam convidado a visitar a Vila Militar. Além disso, no final de 1949 e na primeira metade de 1950, emissários do Ministério da Defesa israelense estiveram interessados na aquisição de explosivos da Companhia Brasileira de Explosivos Cobrex e armamentos do Ministério de Segurança. Quando, em 1951, o Ex-Ministro Canrobert Pereira da Costa visitou Damasco, esperava ser convidado para visitar Israel, já que lhe havia prestado bons serviços em assistência no provimento de armas.¹⁹

¹⁸ Equivocadamente, Manasche Krzepicki, muito otimista, informava a Ruth Kluger, em Jerusalém, do êxito da missão de Drapkin perante o governo brasileiro, em 18 de agosto e 2 de setembro de 1950. Ver FALBEL, Nachman, *op. cit.*, p. 142.

¹⁹ As campanhas para arrecadar fundos pró-Hagana haviam sido coordenadas, em 1948, a partir do Clube Chaim Weizman, no Rio de Janeiro, por militante sionista socialista e dirigente comunitário local, Menashe Krzepicki, desde 1947 vinculado pessoalmente a Teddy Kollek que, com base em Nova York, coordenava a operação Recheh para aquisição de armas para a Hagana. Ver a biografia de Menashe e seu papel no apoio ao coronel Shaltiel, antes e durante sua função de diplomata israelense no Brasil, bem como seus vínculos com funcionários do Ministério da Defesa israelense e brasileiro na excelente biografia escrita por Nachman, *op. cit.*, p.136–146. A propósito de seus vínculos com o general Canrobert Pereira da Costa, ver p. 148–151.

Finalmente, em agosto de 1951 (antes, portanto, do estabelecimento das relações diplomáticas), o Vice-Presidente do Brasil, João Café Filho, decidiu incluir uma visita semi-oficial de 4 dias a Israel no giro oficial que fazia por vários países. Em Jerusalém foi homenageado nas residências do presidente do Knesset, Josep Sprinzak, e do Ministro das Relações Exteriores, Moshe Sharet. Também foi recebido em audiência pelo Presidente Haim Weitzman e pelo Primeiro-Ministro David Ben Gurion, percorrendo grande parte do país na companhia do jornalista Murilo Marroquim, membro do Comitê Cristão Brasileiro Pró-Palestina, e de Chagas Freitas. A visita não pode ser comparada com nenhuma das realizadas por personalidades argentinas durante o governo de Perón. Na realidade, era a primeira vez que o vice-presidente de um país latino-americano visitava Israel. Quando regressa ao Brasil, Café Filho declararia que os 3 países que mais o haviam impressionado em seu *tour* tinham sido Suécia, Iugoslávia e Israel, sobretudo pelos aspectos do trabalho social dos *kibutzim* e da *Histadrut*, prometendo, ao Ministro Tsur, que iria enviar missões de dirigentes sindicais brasileiros para aprender com a experiência de Israel em matéria de organização trabalhista e sindical. Logo após sua visita a Jerusalém, Café Filho admitiu que a votação brasileira a favor da internacionalização fora equivocada.²⁰

Vargas, os judeus e o estabelecimento de relações diplomáticas com Israel

Apesar de Getúlio Vargas ter anunciado, por ocasião de sua posse, em 31 de janeiro de 1951, que iria estabelecer relações diplomáticas com Israel, o primeiro representante diplomático brasileiro, o ex-integralista Fabrino de Oliveira, será nomeado somente em outubro de 1951 e apresentará suas credenciais ao

²⁰ ISA, 2.571/11, Buenos Aires, 11 de novembro de 1951, Tsur para MALAT; MALAMUD, Samuel, *op. cit.*, p. 101–103.

Presidente de Israel em março de 1952. Por sua vez, o representante de Israel, general David Shaltiel, apresentará suas credenciais a Vargas em 8 de abril de 1952. Em comparação com a Argentina peronista, que estabeleceu relações diplomáticas em junho-setembro de 1949, o Brasil demorou quase 3 anos para fazê-lo.

Não obstante a demora, para quem estuda a história contemporânea dos judeus no Brasil, há ainda muito de paradoxal em tentar elucidar como o líder populista e nacionalista Getúlio Vargas, Pai dos Pobres – o mesmo que durante o autoritário Estado Novo fechou os portos do gigante aliado dos Estados Unidos na América Latina à entrada de refugiados judeus do nazismo e cujo nacionalismo xenófobo o havia feito proibir as atividades do movimento sionista –, tenha sido, precisamente, o governante a propor a normalização das relações com o Estado sionista, bloqueadas desde fevereiro de 1949. Esse último Vargas, o Vargas democrático, campeão do desenvolvimentismo e do nacionalismo econômicos, que governou o Brasil de 1951 até seu suicídio em 1954, enfrentando os interesses das grandes corporações norte-americanas, não só inicia seu último governo com posição pró-Israel, como também com atitude pró-judaica. Pela primeira vez na história da participação dos judeus na esfera pública na América Latina, um judeu foi indicado por um governo populista para ocupar o decisivo Ministério da Fazenda. Foi o caso do industrial Horácio Lafer, sócio do grupo Klabin de papel e celulose, vinculado à comunidade judaica paulista e que já vinha colaborando, contraditoriamente, com o Vargas dos anos anteriores e do Estado Novo, com sua importante atuação na poderosa Confederação das Indústrias do Brasil e na Federação dos Sindicatos de Empregadores Industriais do Estado de São Paulo. A atuação de Lafer, no último governo Vargas, até 1953, e o impacto desta atuação na imagem pública dos judeus brasileiros são temas que se investiga muito menos do que o caso de outro Ministro da Fazenda judeu, da época do terceiro regime populista de Perón, Jose Ber Gelbard, escolhido 22 anos mais tarde. Análise comparativa sobre a repercussão da gestão e queda dos 2 ministros ajudaria a elucidar a contra-

ditória lógica de inclusão e exclusão dos maiores regimes populistas latino-americanos com respeito aos judeus.²¹

A experiência populista de Vargas também ajuda a compreender o papel dos judeus no meio jornalístico nacional durante a transição do jornalismo político para a indústria cultural e popular. Samuel Wainer e seu jornal *Última hora*, do Rio de Janeiro, anteciparam, em 20 anos, o mais conhecido jornalista argentino, Jacobo Timerman, e seu jornal portenho *La opinión*.²²

Mesmo que o fator judeu não tenha sido decisivo na tomada de decisões com respeito às relações diplomáticas do Brasil e Israel, desde o início o nome de Wainer esteve vinculado à iniciativa do presidente Vargas. A documentação oficial israelense demonstra a surpresa do Ministro Tsur ao saber que a primeira iniciativa tornada pública para estabelecer relações diplomáticas entre os 2 países viera justamente do presidente Vargas por meio de uma declaração à imprensa, no mesmo dia em que é empossa-

²¹ Sobre a atuação econômica e política de Horácio Lafer, ver BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930–1983*. Rio de Janeiro: FGV/Forense Universitária, 1984, p. 1733–1736, v. 2; sobre o perfil parlamentar de Horácio Lafer, entre 1933–1963, ver a introdução de Celso Lafer ao livro de homenagem a Horácio Lafer, com documentos selecionados, intitulado *Perfis parlamentares: Horácio Lafer*. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1988, p. 29–122; estudo sociológico pioneiro sobre as relações de grupos de empresários imigrantes, como Klabin-Lafer, com o Estado brasileiro, pode ser encontrado em GRUN, Roberto. “Capital & Estado: uma proposta de estudo do setor do papel e celulose brasileiro através da abordagem neo-institucional”. *XVII ENAMPAD*. Curitiba, 1994, e em “Os Judeus na política paulista: identidade, anti-semitismo & cultura”, In: FAUSTO, Boris et alii. *Imigração e política em São Paulo*. Universidade Federal de São Carlos, 1995, p. 81–83.

²² Analisamos comparativamente o uso de estereótipos anti-semitas na queda de Lafer e Gelbard, e nos ataques contra Samuel Wainer e o jornalista judeu argentino Jacobo Timermann em trabalho a ser publicado em breve: SENKMAN, Leonardo. *Antisemitism and ethnicity under two latin american populist experiences: Vargas Era and Peronismism, 1930–1955*. The Vidal Sasson International Center for Study of Antisemitism, 1999; sobre a lógica contraditória de inclusão/exclusão do populismo de Vargas e Perón com relação aos judeus ver SENKMAN, Leonardo. “The transformation of collective identities: immigrant communities under the populist regimes of Vargas and Perón”. In: ROMIGER, Luís; SZNAJDER, Mario (eds.). *Constructing collective identities & shaping public spheres*. Latin American Paths, Sussex Academic Press, 1998, p. 123–147.

do presidente. Antes que fosse comunicada a notícia pelo novo chanceler, Tsur havia sido informado, por amigos judeus locais, sobre as intenções de Vargas de enviar a Israel, como delegado especial do presidente, o jornalista judeu Samuel Wainer, responsável pela campanha publicitária eleitoral de Vargas e diretor do jornal pró-governo *Última hora*.

Com efeito, durante sua visita protocolar, na qualidade de enviado especial do governo de Israel à posse de Vargas, Jacob Tsur foi surpreendido pelo anúncio do presidente, feito em 31 de janeiro de 1951, em coletiva à imprensa, de enviar um delegado pessoal judeu brasileiro a Tel Aviv para negociar o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com Israel. Tsur concluiu que o delegado seria Samuel Wainer.

Apesar de vários jornalistas presentes à coletiva o informarem de que o anúncio de Vargas era somente retórico, a notícia não deixou de preocupá-lo. Depois da longa conversa que teve com o próprio Wainer, em 4 de fevereiro, Tsur o descreveu como um “jovem ágil, capaz, fiel e entregue à causa sionista”. Em correspondência confidencial, informa que Wainer havia dito que o presidente lhe havia confiado a missão de viajar a Israel. Tsur considerava, no entanto, a iniciativa contraproducente, pois “causaria mais dano do que benefício à causa sionista, pelo fato de Wainer ser judeu sionista local”. Sugeriu, então, a Wainer, que declinasse do convite. Wainer insistiria, no entanto, que essa era a melhor conjuntura política para se estabelecerem relações formais entre Brasil e Israel e considerava que o futuro representante diplomático israelense deveria ser uma pessoa capaz de cultivar vínculos pessoais e ter afinidade com os funcionários e as idiossincrasias do Itamaraty.²³

Dias depois, em audiência com o novo chanceler brasileiro, Tsur foi notificado, oficialmente, sobre o projeto de

²³ Esta versão foi corroborada pelo autor em entrevista com a irmã de Samuel Wainer, Sônia Rozin, em Jerusalém, em 29 de maio de 1996, a quem agradeço por ter mostrado cartas e documentos pessoais de seu irmão em que fala do oferecimento de Vargas para enviá-lo em missão diplomática a Israel.

enviar Wainer a Tel Aviv em missão especial. Na audiência, falou novamente de suas reservas sobre a designação de um cidadão brasileiro judeu para tal missão.²⁴

Pois bem: não foram considerações de política interna populista, no sentido de cooptar membros proeminentes da comunidade judaica, que presidiram a política exterior do Brasil com respeito a Israel. Durante o governo Vargas, as linhas básicas das relações políticas com Israel foram as mesmas da época de Dutra, fundamentadas nos interesses do Itamaraty de guardar equidistância com o mundo árabe. Da documentação do arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Israel, pode-se deduzir que, na perspectiva deste país, o delineamento das relações do Brasil com Israel e o mundo árabe também não mudaram logo após o desaparecimento de Vargas.

O interesse principal de Israel, em suas relações com o Brasil, residia no desejo de aproveitar sua presença na política internacional e sua condição de membro do Conselho de Segurança da ONU para apoiar a posição de Jerusalém em sua agenda médio-oriental. No entanto, em temas internacionais como Jerusalém, a questão dos refugiados árabes e o conflito fronteiriço com o Egito, o Itamaraty seguia política semelhante à da Argentina peronista, guardando equilíbrio e equidistância entre os interesses de ambas as partes, sem que seus regimes políticos internos influíssem em suas políticas médio-orientais.²⁵

Na primeira audiência que o novo chanceler brasileiro concedeu a Jacob Tsur, por ocasião da posse de Vargas, o diplomata israelense deixou clara a necessidade do estabelecimento de relações diplomáticas com Israel e de se colocar um fim ao esfriamento da posição brasileira, manifesto pela demora do reconhecimento *de jure* e, especialmente, pela abstenção do Itamaraty na

²⁴ ISA, 2.571/11, Jacob Tsur ao MALAT (Departamento de América Latina), Buenos Aires, 7 de fevereiro de 1951.

²⁵ Ver KLICH, Ignacio. "Equidistance and gradualism in Argentine foreign policy towards Israel and the arab world, 1949-1955". In: SHEININ, David; BARR, Louis Baer. *The jewish diaspora in latin america: new studies on history and literature*. New York, 1996, p. 219-237.

votação sobre a adesão de Israel à ONU. O Ministro, então, informa-o, oficialmente, sobre o interesse de Vargas em enviar um delegado especial a Israel e estabelecer relações diplomáticas e que as questões internacionais seriam tratadas de forma distinta da época do chanceler anterior, Raul Fernandes.²⁶

Na realidade, a política exterior com respeito a Israel não mudaria com a saída de Fernandes da chefia do Itamaraty, ainda que alguns cidadãos judeus brasileiros, como Wainer e Lafer, fossem escutados pelo Presidente. Como expressou, claramente, o diretor do Departamento Político do Itamaraty ao novo Ministro Shaltiel, dadas as exigências intransigentes de ambos os lados do conflito árabe-israelense, seu governo considerava conveniente não tomar posições unilaterais na ONU, recomendando a abstenção e evitando que se criasse a falsa impressão de que o governo brasileiro fosse antijudaico ou antiárabe. Tal linha política também foi exposta pelo Itamaraty com relação à abstenção do Brasil sobre a solicitação de Israel de fazer parte do ECOSOC.²⁷

Meses após o fim trágico de Vargas, decepcionado com as dificuldades e a impermeabilidade de altos funcionários do Itamaraty que havia encontrado desde a sua chegada ao Rio de Janeiro para tratar de temas vitais da política exterior israelense, 3 anos antes, Shaltiel resumia: a) o Brasil exigia que Israel respeitasse as resoluções do Conselho de Segurança quanto às represálias na fronteira com o Egito e evitava colaborar na ONU, a fim de condenar as provocações árabes e não concordava em aceitar ação israelense alguma de caráter defensivo contra os países árabes; e b) o Brasil exigia a internacionalização de Jerusalém para resguardar seu caráter de lugar santo e demandava solução territorial para a questão dos refugiados de 1948.²⁸ Segundo Shaltiel,

²⁶ ISA, 2.571/11, Jacob Tsur a MALAT, Buenos Aires, 7 de fevereiro de 1951.

²⁷ ISA, 2.571/11, Secreto de Shneershon a MALAT, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1952.

²⁸ ISA, 2.571/11, informe sobre a visita do chanceler Raul Fernandes do Ministro Schaltiel a MALAT, Rio de Janeiro, 27 de março de 1955; Ministro Schaltiel a MALAT, Conversa com o Secretário-Geral do Itamaraty, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1955.

para contrabalançar a frieza e, às vezes, a hostilidade do Itamaraty em aceitar alguns desses temas candentes da agenda política, a Legação israelense procurava obter o apoio da grande imprensa brasileira, do presidente do Senado e de alguns deputados e, em algumas ocasiões, teve receptividade junto ao próprio Presidente da República. Destacava o contraste da atitude do Itamaraty com a simpatia dos intelectuais, cientistas, universitários e a sociedade civil brasileira em geral. No entanto, ao cabo dos 3 anos ante a Legação, fazia balanço pobre sobre a atividade bilateral: nenhum convênio comercial ou de pagamentos havia sido firmado com o Brasil, tampouco havia sido protocolado acordo cultural-científico, como era o caso com a Argentina. Atribuía tamanho insucesso mais à ausência de uma ofensiva econômica e cultural por parte da chancelaria israelense do que propriamente à inexistência de condições favoráveis no Brasil.²⁹

O regime de Vargas visto pela diplomacia israelense

Como era visto o regime populista de Vargas por Jacob Tsur? Da correspondência diplomática enviada a Israel, deduz-se que percebia haver grande diferença entre o nacionalismo econômico e pragmático de Vargas e o nacionalismo de Perón. Uma de suas fontes de informação era o diplomata brasileiro Mário Pimentel Brandão, que criticava a política exterior de Perón. Tsur havia conhecido Pimentel Brandão em Montevidéu, antes que se tornasse Secretário-Geral do Itamaraty, e com ele mantivera relações pessoais cordiais. Tsur acreditava que os 2 regimes eram nacionalistas em matéria econômica, mas que a política exterior de Vargas recusava limitar a atuação do Brasil às fronteiras da América Latina e buscava novos mercados na Europa e no Japão, enquanto a Argentina peronista, por causa de seu conflito histórico com os Estados Unidos, continuava com uma política incli-

²⁹ ISA, 2.571/11, Secreto de Schaltiel ao Diretor de MALAT, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1955.

nada a exercer hegemonia junto ao bloco latino-americano com vistas em romper seu isolamento internacional.

Segundo Tsur, ainda que o nacionalismo econômico desenvolvimentista de Vargas não quisesse enfrentar discursivamente a administração norte-americana, como fazia Perón, não aceitava, no entanto, ser arrastado pelos interesses norte-americanos que se opunham ao desenvolvimento autárquico industrial, comercial e financeiro do Brasil. Os 2 países precisavam um do outro, mas a política de *bargaining* do Brasil regia sua aliança de interesses com os Estados Unidos. Assim, ao mesmo tempo em que mantinha a aliança política e militar anticomunista com os norte-americanos, o Brasil de Vargas buscava realizar política exterior como potência econômica regional independente, com os olhos voltados para os mercados europeus, em especial a Alemanha Federal, mas também o Japão.³⁰

O informe diplomático israelense mais preciso sobre o regime social de Vargas foi escrito logo depois do suicídio do presidente, em agosto de 1954, por um primeiro conselheiro da Legação, M. Schneershon. Nele, fazia um balanço do regime, caracterizando-o como trabalhista,

interessado em despertar a consciência das massas populares e promover a sindicalização dos operários, com uma política estatista forte e intervencionista (...) que não deve ser confundida com um regime socialista. A liderança sindical não cresceu de baixo, de maneira independente, e sim todo o desenvolvimento social teve lugar com o controle permanente do aparato estatal e controlado de cima.

O regime populista-nacionalista que havia implantado uma legislação social progressista havia beneficiado não somente as massas populares, mas também promovido

³⁰ ISA, 2.580/3, Jacob Tsur a MALAT, Buenos Aires, 11 de outubro de 1951. Segundo Moniz Bandeira, o nacionalismo econômico intransigente de Vargas ante os Estados Unidos foi, em contraposição às concessões de Perón à política econômica liberal norte-americana logo após a crise econômica argentina de 1952, um trunfo de Vargas em que Perón fracassou. Cf. MONIZ BANDEIRA, L. A., *op. cit.*, p. 88.

um crescimento industrial caótico do qual se beneficiaram, com o apoio estatal, centenas de empresários cuja ganância astronômica não era proporcional às reais possibilidades e condições da economia brasileira (...). A ambição de poder de Vargas, pois, não foi alimentada somente pelos trabalhadores assalariados, incluindo em sua base social de apoio um amplo espectro social, desde o simples trabalhador até o empresário industrial, que desfrutaram de sua política socioeconômica (...). Esta base socioeconômica não deve ser desacreditada pelo fato de a ambição de poder de Vargas ter promovido um clientelismo pragmático em que participavam, inclusive, muitos de seus inimigos políticos.³¹

Quanto à Igreja Católica, Tsur informava, à chancelaria israelense, que, contrariamente ao apoio que dera à ascensão de Perón, de todos os candidatos à presidência, Vargas era quem menos dela dependia. A Igreja Católica brasileira não havia manifestado posição oficial alguma sobre a candidatura de Vargas e oficialmente tinha feito campanha contra o candidato a Vice-Presidente, João Café Filho, aliado de Vargas e representante do poderoso governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Sensível ao que representava o problema de Jerusalém para os católicos, Tsur acreditava que o novo governo dependeria muito menos da Santa Sé do que o governo de Dutra em assuntos de política internacional. A ilusão dissolveu-se rapidamente quando, em conversa sobre o tema, o chanceler Neves da Fontoura e seu amigo pessoal, Mário Pimentel Brandão, designado Secretário-Geral do ministério e chefe da delegação brasileira na ONU, insistiram sobre a linha tradicional brasileira de acatar a posição oficial do Vaticano.³²

O voto judeu, segundo Tsur, esteve dividido, nas eleições presidenciais de novembro, entre o apoio ao PTB–PSP de Getúlio Vargas e o PSD, que era liderado por Cristiano Machado. Em compensação, os judeus não apoiaram a UDN, partido conserva-

³¹ ISA, 2.580/3, Reservado de M. Schneershon a MALAT, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1954.

³² ISA, 2.580/3, Jacob Tsur a MALAT, Buenos Aires, 13 de novembro de 1950, e Carta de Tsur, de 11 de outubro de 1951.

dor do Brigadeiro Eduardo Gomes, que “representava os setores reacionários da Igreja e do Exército, com elementos nacionalistas xenófobos”. Horácio Lafer, indicado para o Ministério da Fazenda, membro do PSD, era uma figura respeitada na comunidade judaica e apreciado por seu apoio ao movimento sionista. O PSD controlava as 2 câmaras do Congresso e ofereceu seus melhores quadros empresariais aos projetos desenvolvimentistas de Vargas. Apoiou a campanha de Lafer e de Wolff Klabin, magnata da indústria de papel, amigo pessoal de Vargas e conhecido ativista benfeitor do sionismo no Brasil. Tsur informava, ainda, que Klabin lhe dissera estar otimista acerca das possibilidades econômicas abertas no Brasil para Israel, graças ao acesso ao poder de judeus como Lafer, e lhe contara sobre os planos de Vargas de fortalecer a indústria nacional e convidar industriais judeus da França para investir no Brasil. Escrevia, também, sem preocupação, que outros empresários de origem imigratória haviam sido nomeados a postos importantes no governo de Vargas, como o investidor financeiro e industrial Ricardo Jafet, de origem síria, designado para chefiar o Banco do Brasil.³³

A correspondência de Tsur, bem como a do futuro chefe da Legação israelense no Rio de Janeiro, David Shaltiel, mostra que os bons serviços de Lafer à causa de Israel eram sempre prestados por meio de Klabin. Klabin, por exemplo, explicaria a Tsur as linhas da política econômica de Vargas e sua decisão de desenvolver a indústria nacional e de defender o preço do café, apesar de enfrentar pressões norte-americanas. Tsur dedica espaço especial ao jornalista Samuel Wainer, destacando-o como um homem de confiança na campanha eleitoral de Vargas e imediatamente depois de sua posse graças à propaganda feita por seu jornal *Última hora*. Wainer havia sido enviado a Israel por Assis Chateaubriand para cobrir a Guerra de Independência, em 1948,

³³ Sobre a participação de Jafet no financiamento da campanha eleitoral de Vargas em 1950 e sua nomeação para dirigir o Banco do Brasil, ver TRUZZI, Osvaldo. “Sírios e libaneses em São Paulo: anatomia da sobre-representação”. In: FAUSTO, *op. cit.*, p. 42-44.

e seus artigos haviam sido publicados em jornais cariocas. Tsur fala da ajuda prestada por Wainer à causa sionista e de seus contatos constantes com a Legação de Israel em Buenos Aires. Às vésperas das eleições brasileiras, Wainer comunicara a Tsur, por intermédio de sua irmã Berta Wainer, que Vargas havia prometido estabelecer relações diplomáticas normais e fortalecer os vínculos econômicos com Israel.

Durante todo o tempo em que Wainer manteve influência sobre Vargas, foi consultado por Tsur, a quem, até mesmo, ofereceu seus bons-ofícios junto ao Ministério das Relações Exteriores para lidar com temas que deveriam ser debatidos na ONU, a exemplo da questão dos refugiados e do estatuto internacional de Jerusalém. Curiosamente, sua ajuda à causa sionista e ao estabelecimento de relações com Israel não ocupa lugar algum nas memórias publicadas de Wainer, em contraste com a crônica de sua viagem a Israel em 1948: entrevistara patriotas do Irgun Tzva Leumi, combatentes da Hagana, e registrara suas impressões sobre Jerusalém e o Neguev antes da eclosão da guerra.³⁴

Os informes diplomáticos israelenses também falam da campanha difamatória contra o *Última hora*, lançada pela UDN para comprometer Vargas, utilizando um velado discurso antijudaico para atacar o diretor Samuel Wainer, por meio da pena do jornalista Carlos Lacerda. No entanto, nas comunicações da Legação do Rio de Janeiro, praticamente só os objetivos políticos e sensacionalistas da campanha de Lacerda mereceram referência: Lacerda estaria interessado em denunciar a suposta corrupção financeira do Banco do Brasil e seu presidente, Ricardo Jafet, ao oferecer apoio ao jornal de Wainer. Comissão de inquérito par-

³⁴ Ver as memórias de Samuel Wainer de sua viagem à Palestina, em abril de 1948, em *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987, cap. 16. As reportagens que fez sobre a viagem foram publicadas quando Wainer regressou ao Rio de Janeiro. Segundo seu testemunho, o objetivo das reportagens foi o de responder às primeiras crônicas tendenciosas de David Nasser, enviadas do Cairo. Segundo Wainer, Nasser “começou a enviar reportagens baseadas em material de propaganda árabe que lhe era entregue no hotel onde se alojava”. *Ibidem*, p. 108.

lamentar demonstraria as irregularidades, no final de 1953, e, apesar de estarem envolvidos políticos próximos a Vargas, nenhum seria processado.

Mais do que os ataques anti-semitas da campanha de difamação política, os informes destacam que a estrela de Wainer desaparecera logo após a morte de Vargas, que, apesar de não ter impedido a investigação ao jornal que tanto o apoiava, protegeu Wainer por intermédio de amigos do PTB e assegurou-lhe que continuasse, na prática, à frente da redação do jornal. As informações lembram que Lacerda havia publicado, em 1948, artigos antiisraelenses e a favor da causa árabe. Sua expressão política devia-se ao fato de aparecer “como principal voz da oposição a Vargas após o *affaire*” e, em particular, depois da frustrada tentativa contra sua vida, atribuída à guarda pretoriana do presidente Vargas. A Legação também informava sobre algumas manifestações de xenofobia e tons anti-semitas que apareciam em artigos da imprensa liberal, como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, durante o inquérito parlamentar sobre o *Última hora*.³⁵

Chama a atenção a ausência de informações da Legação no Rio de Janeiro sobre os ataques contra Lafer por parte de ultranacionalistas da imprensa carioca com o fim de desacreditá-lo como judeu pró-norte-americano, como fora tachado pela imprensa anti-Vargas nos primeiros meses de sua indicação como Ministro da Fazenda e logo após sua renúncia, em 1953.³⁶

Diversamente do anti-semitismo de alguns grupos nacionalistas dos primeiros anos da Argentina peronista, como a Alianza

³⁵ ISA, 2.580/3, Shneershon a MALAT, Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1954. Ver ainda os informes prévios sobre o *affaire* do *Última hora* em Shneershon a MALAT, 31 de julho e 14 de agosto de 1953; ISA, 2.574/13, Shneershon a MALAT, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1953; ISA, 2.580/3, Reservado de Shneershon a MALAT, Rio de Janeiro, 9 e 17 de agosto de 1954. Ver a denúncia de Wainer contra a campanha de difamação de Lacerda durante o caso, que teve contornos xenófobos e antijudaicos em WAINER, Samuel. *op. cit.*, capítulos 24 a 27.

³⁶ Ver, por exemplo, *Gazeta de Notícias*, 12 de outubro de 1951 e 28 de setembro de 1952; *O mundo*, 31 de outubro de 1951; *Diário da Noite*, 1^a de julho de 1953; *Correio da Manhã*, 10 de fevereiro de 1954.

Libertadora Nacionalista, a existência de campanhas de imprensa contra os judeus ou de medidas discriminatórias das autoridades de imigração não é mencionada nessas comunicações. A exceção é a informação da Legação sobre o anti-semitismo social na conjuntura crítica posterior à queda do regime de Vargas, em consequência de seu suicídio, e a ascensão de forças da direita conservadora e reacionária. Desde a época dos Camisas Verdes, era a primeira vez que se tinha conhecimento de uma campanha organizada de incitação anti-semita. Foram lançados, de avião, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, em junho de 1955, panfletos com os dizeres “Judeu: Inimigo número 1 do país”, cuja autoria foi reivindicada por uma Aliança Libertadora Nacionalista. A informação da Legação caracteriza a campanha como “de tipo nazista” e a atribui a grupos sobreviventes do Integralismo brasileiro que, às vésperas das eleições, em interregno de crise sociopolítica, quiseram tentar a cartada racial anti-judaica e também antinegra para angariar votos.³⁷

Quando se compara a correspondência diplomática do final do período Perón com a do fim do segundo governo Vargas, vê-se que a diplomacia israelense considerava que a queda de Perón tinha potencial muito mais desestabilizador das relações com Israel do que a queda de Vargas. Nos comunicados de Shaltiel sobre a crise que precedeu e seguiu a morte de Vargas não aparece advertência alguma sobre riscos de mudanças na futura política exterior com respeito a Israel a serem promovidas pela UDN, embora o

³⁷ ISA, 2.574/5, Janan Inor a MALAT, Rio de Janeiro, 7 de junho de 1955. É interessante verificar que, em alguns Estados, as legislaturas repudiaram essa campanha anti-semita. A Assembléia Legislativa de Goiás considerou oportuno remeter, à Legação de Israel no Rio de Janeiro, cópia da manifestação de repúdio para que fosse conhecida sua solidariedade à “colônia judaica” e sua “repulsa ao nascente movimento anti-semita que se esforça principalmente no Rio e São Paulo”. Sobre o anti-semitismo na Argentina sob Perón, ver SENKMAN, Leonardo. “The response of the first peronist government to antisemitic discourse, 1946–1954: a necessary reassessment. *Judaica Latinoamericana*, n. 3, Jerusalém, 1997, p. 175–206. Sobre a discriminação imigratória durante o último governo Vargas, ver *American jewish year book*, v. 56, 1955, p. 504–505.

preocupasse a rigidez do chanceler Raul Fernandes e de Camilo de Oliveira, no Itamaraty, e a posição católica dos ministros do governo de transição. Por outro lado, aparece, nos comunicados de Kubovy, a preocupação com as forças nacionalistas católicas de direita, inclusive anti-semitas, depois do sério enfrentamento com a Igreja e dos acontecimentos de junho de 1955.³⁸

Entretanto, a reação da comunidade judaica da Argentina à queda de Perón e a da comunidade judaica no Brasil à morte de Vargas foram semelhantes. Com efeito, a morte de Vargas não parece ter sido lamentada pela comunidade judaica brasileira. Pelo contrário, por ocasião de seu suicídio, surgiram editoriais em jornais da comunidade que lembravam as ilusões despertadas pelo gabinete Vargas com a nomeação de alguns judeus para altos cargos, a partir de 1951, e o rápido esquecimento da posição anti-semita do Estado Novo com relação aos refugiados judeus. Ademais, também se registrava que Vargas, apesar de suas simpatias por Israel, se absteve durante toda sua administração de saudar a comunidade nas festividades judaicas. A primeira congratulação do governo brasileiro foi uma mensagem na Rosh Hashana de 1954, enviada por Café Filho, conhecido amigo de Israel, que assumiu a presidência após o suicídio de Vargas. Segundo o editorialista do *Aonde Vamos?*, os judeus foram subestimados como coletividade pelo governo Vargas, sendo seu peso avaliado, em termos demográficos, como de *quantité négligéable*.³⁹

Relações econômicas Brasil–Israel: uma comparação com a Argentina peronista

Em seus primeiros comunicados do Rio de Janeiro, Tsur advertia, à chancelaria israelense, sobre diferença fundamental en-

³⁸ ISA, Reservado, Scheershon a MALAT, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1954 e 29 de setembro de 1954. Comparar com os temores do embaixador Kubovy em Buenos Aires. Cf. SENKMAN, Leonardo. *Populismo latinoamericano y etnicidad: Vargas y Perón ante los judíos e Israel*, a ser publicado em breve em Buenos Aires.

³⁹ *Aonde Vamos?*, n. 658, 2 de fevereiro de 1956, p. 1.

tre a Argentina e o Brasil, do ponto de vista das relações econômicas de Israel. Enquanto, na Argentina, os acordos comerciais eram decididos pelo gabinete da presidência de Perón e de sua esposa Eva, sem precisar do parecer positivo de sua chancelaria, no Brasil, era impossível concretizar relações comerciais sem o estabelecimento de uma Legação no Rio de Janeiro, já que os assuntos econômicos eram tratados, politicamente, pelo Itamaraty.

No plano estritamente econômico, a Argentina era o principal país exportador da América Latina para Israel: no período 1950 – 1955, as vendas argentinas para Israel representaram entre 15% e 67% do total das importações provenientes da região. A Argentina, por sua vez, transformou-se no principal mercado exportador de Israel na área, representando entre 34% e 87% de todas as vendas israelenses para a região, no período 1951–1955.

O generoso acordo comercial e de pagamentos que Perón firmou com Israel, em abril de 1950, com o apoio pessoal de Eva e apesar da oposição de seu Ministro da Economia, explica-se menos pela coincidência de ter o Eximbank concedido, à Argentina, grande empréstimo, 4 semanas antes, do que pela vontade de Perón ajudar um país que considerava ser de muita importância internacional, além de ser novo mercado para as exportações argentinas não tradicionais. Como foi demonstrado por Ignacio Klich, Perón acreditava que a assinatura do acordo lhe poderia render ganhos econômicos e políticos nos Estados Unidos, ainda que essa expectativa, decisiva para recompor suas relações com Washington, não se tenha tornado realidade.⁴⁰ Mais do que um acordo comercial, na realidade, Perón concedeu, a Israel, vantajoso acordo de pagamentos por um teto máximo de 10 milhões de dólares. Uma das cláusulas secretas permitia a Israel pagar até 10% das compras em moeda argentina com o dinheiro arrecadado por judeus nas campanhas de coleta de fundos

⁴⁰ KLICH, Ignacio F. “The first Argentine–Israeli trade accord: political and economic considerations”. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, n. 2, 1995, p. 39–40 e 177–205.

pró-Israel, o que abria futuro promissor para a expansão do comércio bilateral entre ambos os países. Essas facilidades permitiram a Israel, segundo o embaixador Tsur, comprar carne argentina a preços muito abaixo do preço internacional durante vários anos. Apesar de o acordo comercial e sobre regime de pagamentos ter sido, inicialmente, firmado por um período de 18 meses, foi prorrogado em maio de 1953 e em janeiro de 1954; e, em abril de 1955, um protocolo comercial e financeiro provisório estendeu franquias similares a Israel. Esse acordo preferencial, em época de escassez de divisas na Argentina, permitiu, a Israel, revender produtos importados da Argentina a terceiros países que pagavam em dólares. O papel de intermediário argentino exercido por Israel em transações comerciais triangulares e de reexportador de alguns produtos ocidentais para os países do Leste Europeu, em plena Guerra Fria, foi uma das derivações do acordo. A lã argentina revendida para a Romênia, em 1950, é um exemplo deste tipo de transação.⁴¹

O acordo comercial e seu regime de pagamentos limitou-se, basicamente, no entanto, às relações bilaterais Israel-Argentina, sem que Perón aceitasse a oferta de alguns diplomatas israelenses de converter Israel em uma plataforma de distribuição comercial da Argentina nos mercados do Oriente Médio. Apesar de acordos similares terem sido firmados bilateralmente pela Argentina peronista com outros países não-tradicionais, nenhum país árabe alcançou vantagens comparáveis, à exceção do acordo tardio com o Líbano, firmado em 1955.

Além das relações bilaterais, outro grande beneficiado, com o regime de pagamentos, foi a campanha de coleta de fundos em prol de Israel. A franquia que permitia pagar com pesos até 10% das exportações argentinas foi deduzida das campanhas de fundos nos anos em que nenhuma outra campanha a favor de países

⁴¹ ISA,7.101/1, “Perón, os judeus e Israel”, Memorandum de Jacob Tsur ao diretor de MALAT, Ministério das Relações Exteriores de Israel, Buenos Aires, 22 de março de 1953.

tradicionalmente amigos e católicos, como a Itália, era permitida pelo governo.⁴² O acordo comercial permitiu que as exportações de Israel passassem de 1.769 Israel *pounds* (IP), em 1950, para 1.579.000 IP, em 1954 (ante os somente 393.000 IP com o resto da América Latina), e que suas importações da Argentina aumentassem de 1.102.486 IP, em 1950, para 6.043.000 IP, em 1954 (em comparação com os 4.024.000 IP que importou do resto da América Latina). Em 1954, o enorme salto das exportações tradicionais de Israel, que se multiplicaram por oito em relação ao ano anterior, deveu-se, sem dúvida, à venda de 225 jipes (montados pela empresa norte-americana Kaiser-Frazer, localizada em Israel) à Argentina.⁴³

As modestas relações comerciais Brasil–Israel basearam-se em critérios muito diferentes daqueles utilizados com a Argentina peronista. Para começar, foi Israel, e não o Brasil, que buscou, pelo menos, incrementar as relações comerciais durante o governo Dutra, período em que o Brasil resistia a formalizar relações diplomáticas, contrariamente ao que ocorria com a Argentina.

Comércio Israel–Brasil

(em US\$)

<i>Anos</i>	<i>Exportações</i>	<i>Importações</i>
1949	19.000	1.192.000
1950	56.000	2.160.000
1951	101.000	1.627.000
1952	45.000	233.000
1953	14.000	168.000
1954	15.000	1.020.000
1955	14.000	338.000

Fonte: ISA, 2.580/4, Legação de Israel a MALAT, informe “Relações econômicas Israel–Brasil”, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1956

⁴² ISA, Memo de Jacob Tsur, *Ibidem*; entrevista do autor ao ex-conselheiro israelense da Legação no Rio de Janeiro, Schneershon, Jerusalém, 3 de fevereiro de 1989; SCHENKOLEWSKI-KROLL, Silvia. “La colectividad judía en Argentina desde el prisma del Keren Kayemeth local, 1948–1956”, conferência apresentada no VIII Congresso da Latin American Jewish Studies Association (LAJSA), México, novembro de 1995. A ser publicada.

⁴³ KLICH, Ignacio F. “The first Argentine–Israeli trade accord”, *op. cit.*, p. 186 e 194.

As importações israelenses cresceram quase o dobro entre 1949 e 1950, decresceram em 1951 e caíram vertiginosamente até 1954, quando se recuperaram durante um ano somente, graças à compra de açúcar e fio de sisal, voltando a cair em 1955.⁴⁴

Entre 1948 e princípios de 1951, Israel importou cerca de 4 milhões de dólares em produtos tropicais: manteiga, cacau, jequitibá, madeira de pinho, café em grãos, carne bovina congelada, etc.⁴⁵ As exportações israelenses, ao contrário, não chegaram, nesse período, a alcançar 100 mil dólares. Em termos comparativos com o que acontecia com a Argentina, o principal motivo da quase inexistente exportação de produtos israelenses para o Brasil e as tremendas flutuações em suas importações foi a ausência de um acordo de pagamentos e de comércio entre os 2 países. Segundo a correspondência diplomática, as tentativas feitas por judeus locais para conseguir um acordo comercial Brasil-Israel sempre foram frustradas pela oposição do Ministério da Fazenda.

Em 1950, ativistas sionistas brasileiros dinamizaram a discussão de propostas no sentido de pagar, com dinheiro coletado em campanhas locais de fundos, mesmo que fosse somente uma parte das importações de Israel. Por causa da inexistência de uma Legação no Rio de Janeiro, tais propostas nem sequer chegaram às negociações preliminares. Essa era uma das razões pelas quais Jacob Tsur considerava urgente a formalização das relações diplomáticas entre Brasil e Israel. No final de 1952, pouco depois da abertura da Legação e 2 anos antes da concretização das vendas de jipes montados pela Kaiser-Frazer de Israel para Argentina, um representante da empresa propôs, ao governo brasileiro, acordo comercial: 15 milhões de dólares em produtos brasileiros seriam importados em troca de 12 milhões de dólares em jipes e veículos montados pela Kaizer-Frazer de Israel, 1,5 milhão de dólares de outros produtos e 1,5 milhão de dólares em investimentos. A intenção israelense era reexportar parte dos produtos brasileiros, como no caso do acordo comercial Argentina-Israel.

⁴⁴ ISA, 2.580/4, Legação de Israel a MALAT. "Relações econômicas Israel-Brasil", Rio de Janeiro, 8 de julho de 1956.

⁴⁵ *Aonde Vamos?*, n. 459, 3 de abril de 1952, p. 1.

Ao término de longas negociações conduzidas pela Legação, o acordo proposto foi por água abaixo por causa de diversos fatores locais. O primeiro deles tinha a ver com os representantes de empresas de automóveis e com os industriais do setor de autopeças que queriam que a montagem de veículos fosse feita no Brasil e não desejavam importá-los. O acordo estava para ser firmado, por exemplo, em maio de 1953, aproveitando-se da visita do chanceler Moshe Sharet. No último momento, entretanto, a cerimônia protocolar de assinatura teve de ser cancelada devido à decidida intervenção da comissão assessora ministerial, formada por industriais e comerciantes brasileiros.⁴⁶

As tendências nacionalistas, em matéria de comércio exterior e defesa da indústria brasileira para substituir importações durante o último governo de Vargas, criaram sérios enfrentamentos com a política comercial norte-americana. As taxas de câmbio preferenciais muito diferenciadas, estabelecidas em 1953, por exemplo, afetaram o comércio exterior. Estas taxas eram estabelecidas, semanalmente, sob o controle do Banco do Brasil e as variações eram fixadas com referência ao dólar e a demais moedas fortes. Uma das conseqüências dessas taxas diferenciais foi que beneficiaram, no comércio de exportação, somente os países com os quais o Brasil tinha convênios bilaterais de *clearing*: Alemanha, Holanda, Bélgica e Grã-Bretanha, além dos importadores locais que necessitavam dessas moedas para pagar suas importações. Israel necessitava, em troca, firmar um acordo comercial e de regime de pagamentos para poder exportar para o Brasil. No final de 1953, os reiterados esforços da Legação para que isso ocorresse foram novamente frustrados, no derradeiro momento, por obstáculos burocráticos interpostos pelo Ministério da Fazenda.

Longe, portanto, de equiparar-se à situação do comércio argentino-israelense daqueles anos, os comunicados diplomáticos eram bastante pessimistas sobre as reais possibilidades de comércio com o Brasil. Um editorial de *Aonde Vamos?* expressava o desalento que repetia a frustração israelense em matéria de

⁴⁶ Informe “Relações econômicas Israel-Brasil”, *Ibidem*.

comércio com o Brasil de Vargas. Após descrever as perspectivas econômicas muito promissoras que haviam aberto o ano de 1951 com o estabelecimento de relações diplomáticas, o jornal lamentava que a dura realidade dos números posteriores estava longe de confirmar as expectativas positivas. “A diplomacia israelense foi vítima de um verdadeiro trabalho de ilusionismo. Os prometidos acordos comerciais ficaram onde se encontram estancados atualmente: em ponto morto.” O editorialista atribuía tal ilusionismo às altas expectativas dos diplomatas israelenses e dizia que a participação, no governo Vargas, de figuras destacadas da comunidade judaica local, como Horácio Lafer, no Ministério da Fazenda, poderia ajudar a concretizar a assinatura de acordos comerciais bilaterais.⁴⁷

Até o fim do regime de Vargas, em 1954, a Legação israelense ainda não encontrara respaldo para a assinatura de um convênio. Nos primeiros meses do governo Kubitschek, algumas mudanças foram introduzidas em matéria de comércio exterior que viriam a modificar radicalmente a estrutura anterior: os novos convênios multilaterais firmados em agosto de 1955 com os países do Clube de Haia (área da libra esterlina, Alemanha, Holanda, Bélgica e Luxemburgo). A criação desse *pool* comercial deixou de lado a discriminação do Brasil entre as moedas de países exportadores e importadores, mediante a constituição de uma área de conversibilidade monetária limitada.

A formação do Clube de Haia desencorajou a assinatura de novos acordos bilaterais e promoveu a liberalização do comércio exterior com base em uma concorrência com os mercados europeus fortes. O Brasil considerou todos os integrantes do Clube como se fossem um único cliente e reservou um tipo de câmbio especial para as transações comerciais com cada um deles.

Israel também não encontrou alicientes para integrar-se indistintamente no Clube de Haia, como foi sugerido, em 1956, pela divisão consular econômica do Itamaraty, mediante acordo teoricamente bilateral. A Legação de Israel desanimou-se, já que as

⁴⁷ *Aonde Vamos?*, 2 de fevereiro de 1952, p. 1.

possibilidades reais do comércio de exportação israelense com o Brasil dependiam do interesse dos importadores locais que só podiam comprar com as moedas dos países do Clube e, conseqüentemente, escolhiam seus clientes entre os mais vantajosos de seus membros. No caso de Israel não poder exportar para ao Brasil por razões de pouca competitividade, a Legação temia que as importações israelenses do Brasil teriam de ser pagas em florins holandeses ou libras esterlinas, em vez de dólares americanos.⁴⁸

Conclusão

Nos comunicados diplomáticos israelenses, aparece claramente que Vargas esteve interessado em estabelecer relações diplomáticas com Israel de um modo eqüidistante e sem deixar de levar em consideração o peso que tinham suas crescentes relações com o mundo árabe. Ao contrário da Argentina peronista, o Itamaraty não necessitava de utilizar as relações com judeus e Israel para recompor suas relações internacionais com Washington. No processo de tomada de decisões em assuntos de natureza política, como Jerusalém e os refugiados nos foros internacionais, bem como em assuntos econômicos, a instância decisiva foi o Itamaraty e não os presidentes Dutra e Vargas, diversamente do papel decisivo que teve Perón nas relações Argentina-Israel.

A documentação diplomática israelense não permite, porém, explicar a falta de interesse do Itamaraty na expansão das relações econômicas com Israel por uma suposta influência árabe e do Vaticano, como afirmou *Aonde Vamos?* com respeito aos regimes de Dutra e Vargas, em suas relações com Israel. *Par contre*, o verdadeiro motivo desta falta de interesse deve ser atribuído à política econômica nacionalista de Vargas, sua orientação européia, à criação de um *pool* comercial e de pagamentos com o Grupo de Haia e à falta de competitividade dos produtos israelenses, naqueles anos, no mercado brasileiro, que buscava um desenvol-

⁴⁸ Informe “Relações Econômicas Israel-Brasil”, *Ibidem*.

vimento auto-sustentado e autônomo, como o demonstra o fracasso da Kaiser-Frazer de Israel ante a resistência da indústria brasileira de autopeças e montagem de veículos. Além disso, diferentemente da Argentina peronista, o Itamaraty não tinha interesse que Israel reexportasse seus produtos tropicais a países terceiros em uma conjuntura internacional na qual se temia a competitividade de produtos tropicais das ex-colônias européias da África.



recorte aqui

dobre aqui

!SR-47-580/85
UP CT/GOT
DR/BSB

**CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
NÃO É NECESSÁRIO SELAR**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
70919 970 BRASÍLIA DF

P E S Q U I S A

A Editora Universidade de Brasília está desejando conhecer melhor os seus leitores. Em nossos livros você encontra um formulário para preencher e nos enviar e receber gratuitamente informativos sobre nossos lançamentos. Aproveite para dar a sua opinião sobre os nossos livros. Obrigado.

Nome

Endereço

Bairro

Cidade

UF

CEP

RG

Telefone

Data de nascimento

CPF

Empresa onde trabalha

Profissão

Ramo de atividade

Sexo

masculino

feminino

Possui filhos?

sim

não

Estado civil

casado

solteiro

outros

Qual a faixa etária

0 a 5

6 a 10

acima de 10

Quais são as áreas, dentro de nosso linha de publicação, que mais interessam a você?

Negócios

Biografias

Culinária

Dicionários

Direito

Literatura

Psicologia

Turismo

Informática

Ciências Exatas

Religiões e Crenças

Ciências Biológicas e Medicina

Artes, Esportes e Lazer

Ciências Humanas e Sociais

Use este espaço para dar sua opinião e/ou sugestões sobre as nossas publicações.



*Gráfica e Editora
Qualidade Ltda.*

Fone PABX (061) 386-5199
Fax: (061) 386-4200

qualidade@tba.com.br



Clássicos gregos e latinos
Editora UnB

Orestes
Eurípides

Lísis
Platão

Apologia de Sócrates/Crítion
Platão

Agamenon
Ésquilo

As traquínias
Sófocles

Díálogo dos mortos
Luciano

Hipólito
Eurípides

A sogra
Terêncio

A comédia da marmíta
Plauto

Pluto (A riqueza)
Aristófanes

Brasil e Israel



Brasil e Israel: diplomacia e sociedades foi escrito, com esmero, por oito autores que analisaram o tema com o objetivo de compreender a substância e o alcance das relações entre estes dois países. A primeira percepção que tivemos com sua leitura leva-nos a crer que não se descortina originalidade marcante nas relações de longo prazo entre Brasil e Israel, quando comparadas com as relações do país judeu com a maioria dos países ocidentais. Com efeito, o Ocidente viu-se na contingência de reagir diante da instabilidade política da região, da ascensão de Israel como potência regional e das grandes oportunidades de negócios criadas pelos países árabes. A conduta das diplomacias ocidentais, de certo modo, assemelhou-se.

Desde o empenho de Oswaldo Aranha em criar o Estado de Israel, quando este brasileiro era Presidente da Assembléia da ONU, em 1947, até nossos dias, a diplomacia brasileira nunca deixou de acompanhar o destino daquela nação do Oriente Próximo e de reagir em face dos acontecimentos que afetavam sua existência. As atitudes do governo brasileiro, como de outros governos, oscilaram, e muito, ante o quadro regional conturbado e ante o dilema de ter de considerar a sorte de países vizinhos a Israel, particularmente a causa do povo palestino. A política internacional teve, na região, uma de suas zonas de alta pressão, com impulsos próprios e não apenas decorrentes das injunções da Guerra Fria. Daí o envolvimento de um país como o Brasil – apesar de alheio ao conflito leste-oeste – com as convulsões políticas do Próximo Oriente.

Código EDU 277487

